III-792 - NÃO JOGUE LIXO, PLANTE FLOR: ESTRATÉGIA PARA CONTROLE DE DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM POJUCA-BA

Ellen Laís Silva de Jesus[(1)]
Engenheira Ambiental. Secretaria de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Pojuca (SESPUMA).
Grice Anne dos Santos Vaz [(2)]
Bióloga, Especialização em Gestão Ambiental, Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento. Secretaria de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Pojuca (SESPUMA).
Hernan Sales Barreiro[(3)]
Geólogo, Especialização em Gestão Hídrica e Ambiental, Mestrado em Geologia. Secretaria de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Pojuca (SESPUMA).

Endereço[(1)]**:** Praça Almirante Vasconcelos, s/n, Centro - Pojuca - BA - CEP: 48.120-000 - Brasil - Tel: (71) 3645-2558 - e-mail: ellenlais.silva@hotmail.com

RESUMO

A geração e destinação inadequada dos resíduos é um dos principais problemas ambientais. Além dos impactos relacionados aos fatores bióticos e abióticos, a nível local compromete a limpeza urbana prejudicando a estética da cidade, a qualidade de vida da população e aumentando gastos públicos direcionados à limpeza urbana. Diante disso esse trabalho teve como objetivo compartilhar a experiência da implementação do Projeto "Não Jogue Lixo, Plante Flor" de Pojuca-BA como uma estratégia para controle e redução de pontos irregulares de descarte de resíduos sólidos na área urbana em município de pequeno porte na Bahia. A execução do Projeto passou pelas etapas do mapeamento, registro e quantificação dos pontos, confecção das placas e cartazes, retirada de contêineres instalados em pontos específicos na área urbana, preparação da área, plantio das mudas, fixação das placas informativas, trabalho de educação ambiental junto a população, e manutenção e fiscalização dos pontos modificados. No total foram mapeados 50 pontos de descarte irregular de resíduos na malha urbana, sendo que 10 foram erradicados no primeiro ano de implantação do Projeto, 39 até 2022, e 11 pontos persistem até o momento. Dentro do conjunto de ações se destacam a retirada dos contêineres espalhados na área urbana, plantio de mudas, intenso trabalho de sensibilização com a população, e fiscalização do Poder Público e própria comunidade. O Projeto foi uma estratégia eficiente para controle e redução de pontos de descarte irregular em Pojuca, e sua continuidade está diretamente relacionada a manutenção das ações de fiscalização, monitoramento e manutenção das áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Limpeza urbana, Pojuca, Descarte irregular de resíduos.

INTRODUÇÃO

A deposição irregular de resíduos sólidos urbanos em locais públicos é um problema crônico em diversos municípios brasileiros, causando poluição ambiental e visual, favorecendo a proliferação de vetores transmissores de doenças e gerando custos de limpeza pública às municipalidades. É comum observar o descarte irregular de resíduos nas áreas verdes e terrenos baldios nos centros urbanos das cidades (SIMONETTI et al, 2021). Locais como praças, esquinas e outras áreas públicas e a céu aberto são utilizadas como pontos para o descarte inadequado de resíduos domésticos, móveis e eletrodomésticos inutilizados, pneus, resíduos de construção civil, podas de árvores, entre muitos outros. Dessa forma, as dificuldades para solução desse problema não estão relacionadas apenas a Gestão Municipal, como por exemplo a prioridade na utilização dos recursos públicos e sua capacidade técnica para resolver, mas também a própria população em contribuir nas etapas do gerenciamento dos resíduos e na conservação da limpeza urbana.

Não diferente desse cenário, a cidade de Pojuca localizada no estado da Bahia apresentava inúmeros pontos irregulares de descarte de resíduos que foram criados pela população. De acordo com a Secretaria de Serviços Públicos e Meio Ambiente de Pojuca (SESPUMA), antiga Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUMA), o serviço de limpeza urbana e coleta dos resíduos sólidos é executado por empresa contratada que realiza diariamente a coleta em todos os bairros na área urbana e os encaminham para aterro no município de Catu-BA. Conforme apresentado no Resultado da Oficina de Diagnóstico Participativo do Plano Municipal de

Saneamento Básico, a coleta dos resíduos sólidos acontece de forma satisfatória na sede e em algumas localidades (POJUCA, 2018). No entanto, mesmo com essa cobertura no atendimento a cidade não foi uma exceção da criticidade ambiental originada pela deposição irregular de resíduos em diversos pontos da área urbana. O cenário da sede foi alterado a partir do ano de 2017 com a implantação do Projeto "Não Jogue Lixo, Plante Flor" o qual teve o intuito de reduzir/eliminar a poluição ambiental e visual, manter a limpeza urbana, e prevenir contra a proliferação de pragas e vetores de doença. As práticas que conseguem melhoria na oferta dos serviços públicos devem ter compartilhadas as experiências e informações para o fortalecimento e construção de ideias que atendam as demandas da população.

Diante disso esse trabalho tem como objetivo compartilhar a experiência da implementação do Projeto "Não Jogue Lixo, Plante Flor" de Pojuca-BA como uma estratégia para controle e redução de pontos irregulares de descarte de resíduos sólidos na área urbana em município de pequeno porte na Bahia.

MATERIAIS E MÉTODOS

O município de Pojuca-BA situa-se no território de identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano, faz parte da Bacia do Recôncavo Norte, possui área territorial de 290,10km² (SEI, 2014), tem população estimada em 2021 de 40.401 habitantes (IBGE, 2010), podendo ser classificada como de pequeno porte de acordo com a classificação de cidades utilizada pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. O projeto "Não Jogue Lixo, Plante Flor" teve início em setembro de 2017 e envolveu uma equipe de 5 pessoas em todas as etapas de implantação, sendo elas: I) mapeamento, registro e quantificação dos pontos, II) confecção das placas e cartazes, III) retirada de contêineres instalados em pontos específicos na área urbana; IV) preparação da área, plantio das mudas e fixação das placas, IV) trabalho de educação ambiental junto a população, e V) manutenção e fiscalização das áreas transformadas.

Para o mapeamento dos pontos irregulares de descarte de resíduos foram percorridos todos os bairros da cidade no perímetro urbano em busca de locais convencionados pelos moradores como ponto de descarte de resíduos. Foram registrados locais como terrenos baldios, esquinas e demais lugares com disposição irregular de resíduos. Considerou-se também os locais que embora não apresentassem resíduos dispostos no momento da visita a campo, tenham histórico de denúncias, reclamações ou relatos de tratar-se de ponto irregular de descarte.

Após a quantificação dos pontos e seu registro com aparelho de Global Positioning System (GPS), foram confeccionadas as placas para fixação em cada local que seria transformado em jardim. A placa foi utilizada para identificação dos espaços e sinalização para os moradores e transeuntes de que naquela área existem ações de cuidados, fiscalização e controle. Com essa medida buscou-se destacar a mudança de função da área antes utilizada como "ponto de lixo" para jardim, e consequentemente inibir a continuidade dessas ações pela população.

Conhecidos os locais e confeccionadas as placas e cartazes, foram sendo retirados os contêineres, realizada a limpeza da área e o plantio de mudas de flores, árvores e arbustos conforme o cronograma definido. A retirada dos contêineres foi considerada uma medida necessária porque foi observado que sua manutenção favorece o acúmulo de resíduos nos pontos. Além disso, existe a coleta pública diariamente em cada porta de residências e comércios na área urbana, sendo desnecessária a criação de pontos coletivos de descarte. Nesse caso os munícipes devem disponibilizar os resíduos nas portas antes da coleta pelo caminhão. Nesses locais onde foram tirados os contêineres que foi possível a realização do plantio, também foi realizada essa ação. Cada local modificado foi fixada a placa específica (Figura 1). Os cartazes (Figura 2) foram fixados em locais estratégicos como áreas de grande movimentação, setores públicos, e áreas públicas. Os equipamentos e insumos para implantação de cada jardim foram fornecidos pela Gestão Municipal por meio da SESPUMA.

Figura 1 – Placa fixada nos pontos de descarte irregular transformado em jardim.
Fonte: Sespuma/Seduma (2017).

Figura 2 – Cartaz confeccionado e fixado em locais estratégicos para apresentação e divulgação do Projeto.
Fonte: Sespuma/Seduma (2017).

Para prevenir a reincidência foi concebido que a manutenção e fiscalização das áreas a médio e longo prazos seria realizada pelo Poder Público Municipal com a ajuda dos próprios moradores. Por isso foi feito um trabalho de sensibilização desses indivíduos e estimulada sua participação no Projeto por meio do acolhimento de suas sugestões e na viabilização de mudas da preferência. Além do estímulo a atuação como agentes ambientais, o intuito dessa ação foi também de desenvolver o sentimento de pertencimento em cada morador. Esse trabalho de educação ambiental consistiu na abordagem de moradores e transeuntes para diálogo sobre o projeto, informando sobre o funcionamento do serviço de coleta pública, das consequências do descarte inadequado de resíduos e da possível aplicação de sanções quando descartado irregularmente. Para manutenção dos jardins pelo Poder Público Municipal a fiscalização foi realizada por meio de visitas periódicas nos espaços, notificação de estabelecimentos comerciais persistentes e diálogo insistente com moradores.

RESULTADOS OBTIDOS

No mapeamento foram registrados locais como terrenos baldios, esquinas e demais lugares com disposição irregular de resíduos. No total foram mapeados 50 pontos de descarte irregular de resíduos na malha urbana (Figura 3). Desse total, 10 foram erradicados no primeiro ano de implantação do Projeto, 39 até 2022, e 11 pontos persistem até o momento.

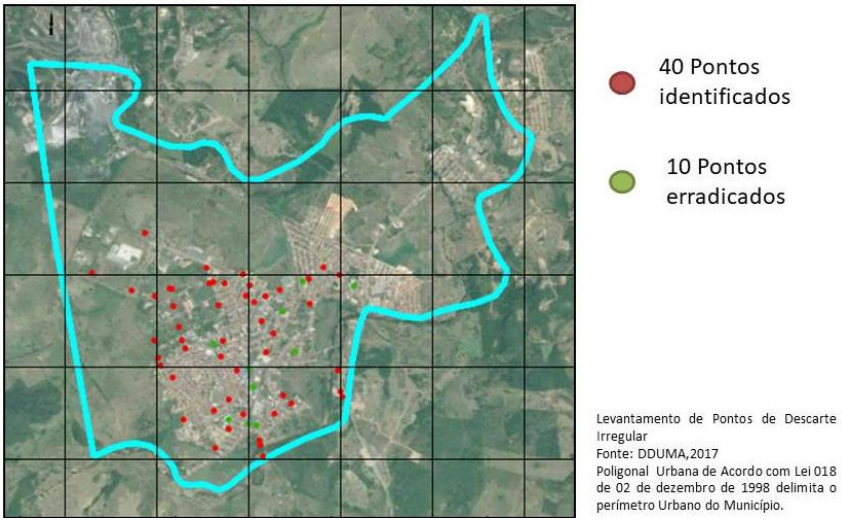

Figura 3 – Imagem de satélite do perímetro urbano de Pojuca-BA com a marcação dos pontos mapeados e erradicados no primeiro ano do Projeto.
Fonte: Sespuma/Seduma (2017).

Os resultados obtidos de imediato podem ser atribuídos a retirada dos contêineres espalhados na área urbana (Figura 4). Tornou-se confortável para os indivíduos desprezarem seus resíduos nos contêineres sem o mínimo de cuidado com o acondicionamento, em qualquer horário do dia, sem preocupação com a precariedade sanitária que é criada no local. Outra situação é que muitos munícipes se aproveitam para fazer de ponto irregular de descarte os espaços temporários utilizados pelos garis para juntar os resíduos enquanto realizam a limpeza/coleta. Diariamente o caminhão ou carroça (no caso de ruas com difícil acesso pelo caminhão) de coleta pública percorre as portas das residências na área urbana, não sendo necessária a criação de pontos coletivos para o descarte.

Figura 4 – Ilustração de um dos pontos onde tinha instalado contêiner
Fonte: Sespuma/Seduma (2017).

Geralmente o que se observa da população em uma cidade é a providencia para se afastar dos dejetos produzidos, ou evacuá-los de sua residência e seu espaço de convívio mais próximo, sem se preocupar com o ambiente coletivo, para onde serão destinados e quais outros problemas podem causar. Esse tipo de atitude e pensamento faz parte da história da civilização humana. Conforme Centenaro (2011), na medida em que os povos nômades no início da humanidade saíam em busca de novos campos que pudessem garantir a sua

subsistência, deixavam seus resíduos os quais se descompunham com o tempo. Mas com as mudanças nos hábitos e a revolução industrial, os resíduos passaram a ter novas características que se tornaram problema contaminando o solo, as água e o ar. No início da formação das cidades os excrementos eram lançados nos rios e, se muito, recolhidos em canais superficiais que também os direcionava para os corpos hídricos (EL-DEIR, 2014).

Onde foram sendo retirados os resíduos e realizada a limpeza na área, quando possível devido ao tipo de espaço, foi feito o plantio de mudas (Figura 5). Nesses locais em que foram feitos os plantios se concentravam a maior parte dos pontos erradicados, e onde não havia essa alternativa por se tratar de área pavimentada, representava os pontos com maior dificuldade de erradicação.

Figura 5 – A) Área antes do plantio no Ponto 1, e B) depois do plantio; C) e E) Antes da limpeza nos Pontos 2 e 3, e D) e F) depois da limpeza e planto nos Pontos 2 e 3 respectivamente.
Fonte: Sespuma/Seduma (2017), Sespuma (2022).

O trabalho de educação ambiental junto a população envolvida consistiu na abordagem de moradores e transeuntes para diálogo sobre o projeto. Com essa atividade muitos aderiram ao projeto fazendo a manutenção por meio de limpeza da área e fiscalizando. Os resultados do projeto puderam ser verificados também pela diminuição do problema no município e melhoria na estética urbana, sem que tenha sido necessária a intensificação do serviço público de limpeza e manejo dos resíduos pela empresa terceirizada.

Atualmente é feita fiscalização nos bairros, abordagem para conversa com os moradores quando necessária, manutenção das áreas modificadas pela comunidade e/ou quando solicitado pela Prefeitura. Quando é iniciado e identificado algum ponto de descarte irregular de imediato é feita manutenção no local para inibir a prática.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da comparação desses dados e das vivências em campo foi possível observar que os pontos onde houveram plantios têm maiores chances de ter sucesso. Isso devido a participação da população nas ações, seja na manutenção e/ou fiscalização da área. A nova aparência do espaço associada a dedicação e cuidados de citadinos com a área inibi a persistência dos pontos. Um dos elementos utilizados nessa ação são os pneus inutilizáveis descartados pelo município. O intuito desse uso foi promover uma destinação final adequada desses resíduos, limitar os espaços, dar suporte a plantas e em alguns casos ter a função de peças decorativas.

De acordo com Jacobi (2003), a postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.

A partir da implantação desse Projeto observou-se o desenvolvimento do sentimento de pertencimento nos moradores. Segundo Santos e Lima (2020), o processo de afetividade do homem com o lugar proporciona a este a construção de sua identidade, provocando um sentimento de pertencimento do homem ao lugar. Quanto maior o sentimento de pertencimento do morador com o território público, mais aquele o sentirá como uma continuidade do território privado (ABELHA et al, 2019), alcançando consequentemente a valorização e cuidados com o lugar.

Após a idealização do Projeto os principais desafios para sua implementação foi a persistência de hábitos da população desfavorável a erradicação dos pontos, e o pequeno número de pessoas diretamente envolvidas na implantação. A SESPUMA ainda não tinha composta sua equipe técnica, e a operacional é compartilhada com outros serviços públicos como de obras civis, manutenção predial, entre outras. As potencialidades foi o empenho das poucas pessoas envolvidas para o alcance das metas, seu anseio pelas mudanças locais, e as decisões da gestão municipal favoráveis a implantação do Projeto.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados alcançados observou-se que o Projeto “Não Jogue Lixo, Plante Flor” desenvolvido em Pojuca-BA foi uma estratégia eficiente utilizada para controle e redução de pontos de descarte irregular em áreas onde é possível plantio de mudas na área urbana.

Pontos com solo pavimentado em que não se consegue fazer plantio direto possuem maior persistência. Outras estratégias estão sendo estudadas para esses casos, como a fixação de pneus decorados contendo plantas.

Os resultados alcançados são produtos do conjunto de ações as quais se destacam: a retirada dos contêineres espalhados na área urbana, plantio de mudas, intenso trabalho de sensibilização e fiscalização do Poder Público e da população.

A continuidade do projeto está diretamente relacionada a manutenção das ações de fiscalização, monitoramento e manutenção das áreas transformadas tanto Poder Público Municipal como pela população, e a identificação de novos pontos de descarte irregular para rápida eliminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABELHA, G. S., VITIELLO, M. G. F., SANCHES, T. L. B., KANASHIRO, M., & SUGUIHIRO, V. L. T. A Praça colaborativa Vista Bela: Intervenção urbana para o despertar da sociabilidade e do sentido de pertencimento territorial. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2019.
2. BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial d União, [2010]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 17 out. 2022.
3. CENTENARO, W. L. A. Ecogerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde na Microrregião Geográfica de Erechim Rio Grande do Sul. 2011. 120 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ecologia, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, RS, 2011.
4. EIGENHEER, E. M. A limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.
5. EL-DEIR, S. G. Resíduos sólidos: perspectivas e desafios para a gestão integrada / Soraya Giovanetti El-Deir. -- 1. ed. -- Recife : EDUFRPE, 2014. 393 p.
6. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.(IBGE). 2021. Cidades e Estados. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/pojuca.html. Acesso em: 17 out. 2022.
7. JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de pesquisa, p. 189-206, 2003.
8. POJUCA. Relatório Síntese- Pano Municipal de Saneamento Básico. Prefeitura Municipal de Pojuca-BA. 2018. Disponível em: https://pojuca.ba.gov.br/imagens/pdf/79277537204.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.
9. SANTOS, J. S. dos; LIMA, T. C. de. O elo entre a pessoa e o lugar: a afetividade, o sentimento de pertencimento e a memória dos moradores do povoado Baixão do Pará, município de Gonçalves Dias-MA. Geografia: Publicações Avulsas, v. 2, n. 1, p. 274-291, 2020.
10. SIMONETTI, V. C. et al. Análise da relação espacial entre o descarte irregular de resíduos sólidos urbanos e a vulnerabilidade social. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 19, n. 2, p. 61-76, 2021.
11. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Estatísticas dos Municípios Baianos. Salvador: SEI, v. 4, n.1, p.362-380, 2013.
12. ZAGO, V. C. P.; BARROS, R. T. V. Gestão dos resíduos sólidos orgânicos urbanos no Brasil: do ordenamento jurídico à realidade. Engenharia Sanitária e Ambiental, Rio de Janeiro, v. 24, n.2, p. 219-228, 2019.